



2º Congresso Nacional



Realizou-se no passado dia 27 de Novembro de 2004 na Quinta Pinhal d’Aroeira no Solar dos Príncipes, com início às 10.00 horas, o 2º Congresso Nacional da Associação de Praças da Armada.

Estiveram presentes cerca de 100 Associados em representação da Mesa do Congresso, Comissão de Honra, Delegados e Colaboradores de Unidades bem como as Comissões de Acção Social, Fardamento, Segurança e Higiene no Trabalho, Carreiras e Vencimentos. Estiveram também presentes as Associações convidadas: AOFA, ANS, ANCE e ANMM.

A representatividade das Unidades, tendo em consideração o seu universo e enquadramento geográfico, pode-se dizer que foi bastante significativo, pois estiveram representadas um elevado número de Unidades sediadas em terra, desde as de maior às de menor expressão populacional no âmbito de Praças, bem como de Unidades Navais, que levando em factor de conta a sua especificidade de vida de bordo e a operacionalidade dos meios, teve uma representatividade excepcional e efectiva, saldando-se num êxito retumbante.

Foi com muito agrado que vimos a participação e sobretudo a predisposição que estes camaradas, Praças da Armada demonstraram ao longo do Congresso, contribuindo de forma activa para a resolução dos problemas que afectam a classe. Uma palavra de apreço para as Associações convidadas, pela sua participação, contribuindo de forma muito activa para a discussão dos temas em apreço.

O 2º Congresso Nacional tinha como linha orientadora:

“A criação de recompensas e incentivos aos militares embarcados”.

Neste pressuposto a direcção da APA emanou algumas directivas com o objectivo de ver elaborado estudos sobre esta matéria. Assim as diversas comissões de trabalho prepararam afincadamente um levantamento exaustivo das lacunas existentes ao nível do fardamento, vencimentos, área social e segurança e higiene

no trabalho e propuseram algumas medidas que seriam catalisadoras de incentivos a este grupo de militares.

Este estudo foi revelador das carências e lacunas por que passam estes sectores, o que permitiu a apresentação de propostas que se tornassem mais abrangentes indo ao encontro de todo o universo das Praças da Armada.

À comissão de “Carreiras” foi pedido que elaborasse um estudo para a edificação da “Carreira da Praça da Armada” com toda a sua envolvimento estatutária e repercussão na vida militar. Não nos podemos esquecer que na actual estrutura de carreira subjacente às condicionantes impostas pelo actual acesso ao “CFS”, está assegurado o congestionamento de carreira para todas as praças a curto prazo.

Em face dos temas em discussão, iremos tanto quanto possível fazer uma retrospectiva, dando primazia às questões mais abrangentes e de grande significado para as Praças da Armada.

Motivação e Incentivos ao Pessoal Militar que serve a Marinha no Mar:

Este tema lançou o debate, foram apresentadas lacunas existentes ao nível estrutural baseadas em três contextos: Social, Profissional e Financeiro.

Social:

— *O apoio mais efectivo aos militares embarcados e seus familiares;*

— *A prioridade no atendimento médico e social ao militar - pela existência de maiores probabilidades de debilitação, quer por factores de ordem física e psíquica, quer pelo afastamento da família, por si só, demasiado penalizante;*



2º Congresso Nacional • 2º Congresso Nacional •



– *Condições de habitabilidade e bem-estar* - revestem-se de total importância as condições de habitabilidade e apoio, que devem ser oferecidas aos militares embarcados, tanto em terra como no mar, outras condições que não as existentes, outras condições bem acima da média;

– *Planeamento mais estável* - é desejável um esforço adicional por parte dos comandos, de modo a conseguir, um planeamento mais estável, contribuindo para uma diminuição de prejuízos no planeamento familiar dos militares embarcados;

– *Uniformes adequados à vida de bordo.*

Profissional:

– *Reconhecimento do serviço prestado a bordo* - impõe-se a melhoria do coeficiente de importância de tempo de embarque e horas de navegação, na fórmula de ordenamento, como critério de valorização da Praça no concurso de acesso ao CFS.

Financeiro:

– *Alteração do suplemento de embarque* - criação da coluna navio pronto;

– *Comparticipação mais significativa nos artigos de uniforme* - Os uniformes dos militares embarcados sofrem um desgaste significativo e têm conseqüentemente um ciclo de vida bem menor, resultante por força da prontidão operacional em que o militar se encontra e também pelas condições de vida no mar.

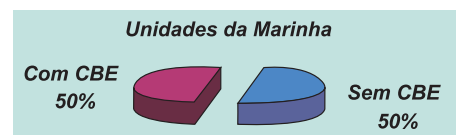
– *Legislação sobre licença para assistência à Família* - Nos casos em que os militares se encontrem em comissão nas Regiões Autónomas ou no Estrangeiro, para as deslocações com este intuito e por força da condição militar, impõem uma participação pela MARINHA, senão na sua totalidade, pelo menos parcialmente;

– *Suplemento de risco* - Tarda a criação de um suplemento de risco, para os militares que desempenham funções operacionais no

DAE, às suas missões crescem por inerência e de forma continuada a penosidade e os riscos reais por imposição dos cenários.

A acção social na Marinha

– *Comissões de Bem Estar Social* - É de extrema importância fomentar a implementação e o funcionamento activo das C. B. E.'s, bem com rever o seu regulamento, de forma a torná-lo actual e adequado; - Através de um inquérito efectuado aos associados da A.P.A., pôde constatar-se que:





2º Congresso Nacional • 2º Congresso Nacional



— Transportes Internos - Tem-se verificado uma redução gradual do número de carreiras, algumas paragens existentes, carecem de resguardos de protecção contra as condições climáticas adversas e da afixação de horários; A inexistência de carreiras dentro da Base Naval de e para o Posto de Venda de Fardamento da Margem Sul, o Centro de Medicina Naval, Cais nº 8 da BNL e Arsenal do Alfeite (INFA).

— Inexistência de um plano específico para a educação física nomeadamente na vida a bordo;

— Falta de pontos de acesso à Internet nas Unidades, em especial nas Unidades Navais durante os períodos de missão, pelas questões mais diversas que vão desde o contacto familiar até à continuidade de estudos, passando mesmo pelo lazer;

— Tipo de alimentação a bordo – Uma alimentação ajustada às características de bordo e do estado do mar deverá ser baseada

em mais proteínas, frescos, saladas e frutas, e sem a imposição rígida de horários de tomada de refeição como nas Unidades sediadas em terra. Actualmente os militares vêem-se forçados a um reforço alimentício nos períodos fora das refeições, com despesa pessoal que têm de suportar nos gastos de cantina afim de manterem o seu estado físico e anímico;

— Agua potável engarrafada – Ao restante material desalfandegado, seria de acrescer a água mineral engarrafada, a ser fornecida pela cantina de bordo, mediante uma tabela de distribuição, ou em alternativa a mesma ser comparticipada na compra, no todo ou em parte, pelo navio;

— Pontos de Apoio Naval – Quer em Tróia, Portimão ou no Arsenal do Alfeite as infra-estruturas de apoio para a habitabilidade e lazer, são bastante deficitárias pecando ainda nas questões da qualidade da água potável e respectivos bebedouros bem como no tipo de instalações sanitárias.

Fardamento das Praças da Armada

— A reestruturação da Marinha é hoje uma realidade por demais evidente. A mudança consubstanciada com a necessidade de modernização em toda a sua estrutura orgânica e funcional tem hoje uma importância vital para poder superar os objectivos a que se propõe no futuro próximo e longínquo. Neste enquadramento, o fardamento dos militares da Armada no geral e das praças em particular, assume assim um papel com enorme preponderância como factor catalisador desse objectivo.

O fardamento adquiriu uma dimensão de tal ordem que factores como a segurança, qualidade associada ao conforto, modernidade e componente estética, fazem dele uma peça importante de um conjunto de factores de moralização dos militares por um lado e sobretudo de uma extrema importância para a



2º Congresso Nacional • 2º Congresso Nacional •



componente operacional, com especial incidência para as unidades navais.

Neste enquadramento não é menos verdade que outras forças operacionais como são os fuzileiros, mergulhadores e militares do DAE associados à realidade cada vez mais acrescida de cenários inopinados, têm necessidade de um tipo fardamento adequado ao grau de exigência a que estão sujeitos.

A realidade diz-nos hoje que na organização ao nível estrutural, não existe interligação funcional e orgânica entre as diversas entidades (D.A., D.A.S. e C.P.U), que superintendem o nosso fardamento.

Deste modo a Associação de Praças da Armada, levou a efeito um estudo minucioso que visa a actualização do fardamento existente na corrente de abastecimento, a implementação de novos artigos, assim como a sua substituição por outros mais consentâneos com as necessidades decorrentes da participação em novos teatros de operações.

Higiene e Segurança no Trabalho

— Este tema sem justificação aparente tem sido relegado para um plano que não o imediato, e muito embora existam normas internas que o orientam. A APA tem vindo dar a este tema a importância que ele merece, tendo em vista a redução dos riscos e acidentes de trabalho, na maioria das vezes desnecessários já que são fruto do não cumprimento de regras de segurança elementares e/ou do desempenho de funções não acometidas tecnicamente, e de onde podem resultar doenças com sequelas permanentes, com reflexos e prejuízos de bem-estar social e profissional.

— Como factores preponderantes salientam-se:

Ausência de legislação regulamentar para os militares - Tendo sido criada legislação interna que se verifica na maioria dos casos inoperativa, em grande parte devido ao cons-

tante atropelo da mesma e não aplicação, quando existe.

O Porquê da não extensão da aplicabilidade da legislação?

O Decreto-lei nº 441/91 de 14 de Novembro, no seu Art.2º ponto 4 (- O presente diploma não é aplicável a actividades da função pública cujo exercício seja condicionado por critérios de segurança ou emergência, nomeadamente das Forças Armadas ou da polícia, bem como a actividades específicas dos serviços de protecção civil, sem prejuízo da adopção de medidas que visem garantir a segurança e a saúde dos respectivos trabalhadores.

Áreas que requerem intervenção imediata:

- Condições de vida a Bordo – As condições de higiene verificadas nos refeitórios e instalações sanitários estão ainda afastadas do desejável, a lavagem dos uniformes e das roupas de cama são manifesta-





2º Congresso Nacional • 2º Congresso Nacional



mente insuficientes e de difícil acesso o que cumulativamente com o espaço disponível nos armários para roupa torna incomportável a higiene a certos níveis;

- Os uniformes adequados à vida de bordo - Os uniformes deveriam ser compostos de matérias-primas não combustíveis, confortáveis e ergonómicos, além de terem de privilegiar alternadamente com tempo quente e tempo frio a necessidade ou não de manterem a temperatura e respiração corporal. Também o calçado de protecção deveria ser adaptado à vida de bordo fazendo constar das suas características a anti-estática, as palmilhas e biqueira de aço, a protecção do tornozelo, a sola anti-derrapante e a impermeabilidade;

- Equipamentos de protecção individual - Os EPI's existentes a bordo não são pessoais, e na maioria dos casos encontram-se degradados, logo comprometendo a higiene, segurança e a eficácia de quem os utiliza. O fornecimento deste material deveria ser feito

individualmente, assim como o respectivo material de limpeza e manutenção, para que estes se mantenham operacionais e eficazes.

Vencimentos

Nesta área foram apresentadas algumas propostas que visam: a correcção da distorção dos índices por posto da tabela de vencimentos (provocada pelas recentes alterações dos últimos dois anos), alteração do valor fixo do Suplemento da Condição Militar (de modo faseado), remodelação das actuais colunas do suplemento de embarque com a criação de uma coluna para navios prontos atracados na BNL, equiparação de todos os postos de praças em termos de subsídio de embarque (alguém tem que dar o exemplo), a elaboração da criação do subsídio de risco a atribuir aos militares do DAE e a participação na deslocação dos militares embarcados e nas regiões autónomas para assistência às famílias.

Carreiras

Foi desenvolvida por esta comissão uma proposta de carreira para a “Praça da Armada”. Esta proposta visa a salvaguarda de uma carreira que será edificada na Classe de Praça possivelmente com a criação de mais um posto, proporcionando assim às Praças que não consigam o acesso à Classe de Sargento, uma continuidade na classe com a dignidade profissional que merecem. São alvo de reestruturação os cargos e funções que estão assignadas aos diversos postos da Classe de Praça, assim como a definição de tempo mínimo e máximo nos postos. Esta proposta irá ser discutida e votada na próxima Assembleia Geral.

Como nota final dizer que o desenvolvimento e apresentação das propostas equacionadas serão descritas pormenorizadamente depois de apresentadas à Tutela e Chefias Militares. ■

